

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

EDITAL Nº 4/2022
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

ANEXO II
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

OBSERVAÇÃO: As sugestões bibliográficas não devem ser limitadoras para os estudos necessários à realização do Processo Seletivo. Outros materiais didáticos que abordam os tópicos dos conteúdos programáticos do Concurso podem servir de orientação para os estudos, ficando a critério de cada candidato escolher a bibliografia que entender como mais conveniente dentre as sugeridas ou não. As referências sugeridas têm caráter orientador e não retiram o direito da banca de se embasar em atualizações, outros títulos e publicações não citadas.

As leis, decretos leis, portarias, normas, instruções normativas, resoluções, códigos ou quaisquer outros atos administrativos ou jurídicos indicados no Edital e em seus Anexos, devem ser considerados com todas as alterações promovidas até a data do início das inscrições.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (PARA TODOS OS CARGOS)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SUS: conceitos, fundamentação legal, financiamento, princípios, diretrizes e articulação com serviços de saúde. Organização do Sistema Único de Saúde – SUS: comissões intergestores, Conselhos Nacionais e suas respectivas composições. Controle Social: organização social e comunitária. Sistema Único de Saúde e Política Social. Legislação Básica do SUS.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

Constituição Federal de 1988 (Arts. 196 ao 200)

Lei Orgânica de Saúde - Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde e dá outras providências.

Decreto 7.508 de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa.

Lei Complementar Nº 141, de 13 de Janeiro de 2012. Regulamenta o § 3o do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

Decreto nº 7.827 de 16 de outubro de 2012. Este Decreto regulamenta os procedimentos de condicionamento e restabelecimento das transferências de recursos provenientes das receitas de que tratam o inciso II do caput do art. 158, as alíneas “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 da Constituição, dispõe sobre os procedimentos de suspensão e restabelecimento das transferências voluntárias da União, nos casos de descumprimento da aplicação dos recursos em ações e serviços públicos de saúde de que trata a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

Portaria 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Portaria de Consolidação nº 6/2017 - Consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. Legislação Básica do SUS. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/edicoes-2016/84-legislacao-basica-do-sus/155-legislacao-basica-do-sus>

Portaria 2.436, de 21 de Setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html

Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Disponível em:

LÍNGUA PORTUGUESA (PARA TODOS OS CARGOS)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Língua portuguesa, as várias normas e a variedade padrão. Ortografia oficial. Léxico e significação das palavras. Classes, estrutura e formação de palavras. Flexão nominal e verbal. Emprego de tempos e modos verbais. Concordância, regência e colocação. Estrutura sintática da frase. Processos de conexões e conectores. Estilo e figuras de linguagem. Texto e discurso. Interpretação e compreensão textual. Coesão e coerência textuais. Gêneros textuais e modos de organização do texto: narração, descrição, argumentação, exposição e injunção. Pontuação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Global Editora, 2009.

AZEREDO, José Carlos. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Publifolha: Instituto Houaiss, 2018.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ASSISTENTE SOCIAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. História do Serviço Social no Brasil e no sistema prisional. O Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho. A dimensão ético-política da profissão. Ética Profissional: fundamentos filosóficos, Código de Ética Profissional e Lei de Regulamentação da Profissão. O Projeto Ético-Político da profissão. Crise do capital, transformações sociais e no mundo do trabalho e repercussões no trabalho do/ da assistente social. Estado Penal, necropolítica e neoliberalismo. Questão Social e Política Social. Estado, políticas públicas e Seguridade Social no Brasil. Direitos sociais e direitos humanos. Política de saúde para a população carcerária. Espaços sócio-ocupacionais e o campo sócio-jurídico. O trabalho profissional do assistente social no campo sócio-jurídico. Lei de Execuções Penais. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social e a questão da instrumentalidade. Estudo social, perícia social, laudos, pareceres e relatórios como instrumentos do trabalho profissional. O planejamento como processo técnico-político: concepção, formulação, operacionalização e avaliação de planos, projetos e programas sociais. Sistematização do trabalho profissional. Intersetorialidade e interdisciplinaridade no trabalho profissional do/da assistente social. Pesquisa social e a dimensão investigativa no trabalho profissional. Famílias, Serviço Social e Proteção Social. O trabalho do/ da assistente social com famílias. Supervisão de estágio e a indissociabilidade entre formação e exercício profissional.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, NLT; ALENCAR, MMT. Serviço Social e trabalho: particularidades do trabalho do assistente social na esfera pública estatal brasileira. **O Social em Questão** (Rio de Janeiro). Ano XVIII nº 34, 2015. Disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/7n61t702q2g9K38I0469.pdf>.

BERTOLLO, K. Planejamento em Serviço Social: tensões e desafios no exercício profissional. **Temporalis** (Brasília-DF), ano 16, n. 31, p. 333-356, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/11943/10111>

BRASIL, Decreto Nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm.

BRASIL. Lei Federal nº 8662/ 1993. **Lei de Regulamentação da Profissão**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm.

BRASIL, Lei Federal nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11530.htm

BRASIL, **Lei nº 7.210**, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execuções Penais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional** (PNAISP). Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/pnaisp/pnaisp>

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Resolução CFESS nº 273, de 13 de março de 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf.

CFESS. **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: debates atuais no Judiciário, no Penitenciário e na Previdência Social. São Paulo: Cortez, 2014, cap. 1 e 3.

CFESS. **Resolução nº559**, de 16 de setembro de 2009. Dispõe sobre a atuação do assistente social, inclusive na qualidade de perito judicial ou assistente técnico, quando convocado a prestar depoimento como testemunha pela autoridade competente. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_CFESS_559-2009.pdf

FALEIROS, VP. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2014, n. 120, pp. 706-722. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.006>

FAVERO, E. Serviço Social e o Campo Sociojurídico: Reflexões sobre o Rebatimento da Questão Social no Trabalho Cotidiano. In FORTI, V. & GUERRA, Y. (orgs.). **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2010.

FORTI, V. **Ética, crime e loucura**. Rio de Janeiro: Ed. Lumens Juris, 2010. Cap. 3, pp.95-234.

FREITAS, RCS et al. Famílias e Serviço Social: algumas reflexões para o debate. In DUARTE, MJO & ALENCAR, MMT (orgs). **Família, Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2010, pp. 15-38;

IAMAMOTO, MV. O Serviço Social em tempo de Capital Fetiche. In: **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007. Cap.IV, pp. 335-471.

JORGE, EM; PONTES, RN. A Interdisciplinaridade e o Serviço Social: estudo das relações entre profissões. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 16, n. 1, pp. 175 - 187, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/26444>

LEWGOY, AMB. O Estágio Supervisionado em Serviço Social: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional. **Temporalis**(Brasília-DF), ano 13, n. 25, p. 63-90, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4850>.

MORAES, CAS. Pesquisa em Serviço Social: concepções e críticas. **RevistaKatálysis** [online]. 2017, v. 20, n. 03, pp. 390-399. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n3p390>.

PEREIRA, PAP. Proteção social contemporânea: cui prodest? **Serviço Social e Sociedade**[online], nº. 116, dez 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000400004>.

PEREIRA, TMD. Quando o camburão chega antes da SAMU: notas sobre os procedimentos técnico-operativos do Serviço Social. In FORTI, V. & GUERRA, Y (orgs.). **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2010.

RUIZ, JLS. De onde vêm os debates sobre direitos humanos. In: **Direitos Humanos e Concepções Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2014, pp. 21-77.

SENNA, MCM; GARCIA, DV. Políticas sociais e intersetorialidade: elementos para debate. **O Social em Questão**[online], v.32, p. 277-294, 2014. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.pucrio.br/media/OSQ_32_SL3_Senna_Gracia_WEB.pdf.

SOUSA, CT. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação** (Ponta Grossa), nº 8 (1): 119-132, 2008. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/119>.

WACQUANT, L. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: uma cartografia analítica. **Tempo Social**[online]nº 26 (2), 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000200009>

ENFERMEIRO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde e a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8080/90). Política Nacional de Atenção Básica PNAB – Portaria No 2.436, de 21 de setembro de 2017. Ética e Código de Deontologia de Enfermagem. Lei do Exercício Profissional. Administração do serviço de enfermagem. Assistência de Enfermagem à Doenças Transmissíveis, Vigilância Epidemiológica, Programa Nacional de Imunização, Assistência de Enfermagem ao Adulto e Idoso. Assistência de Enfermagem ao paciente em emergência/urgência, Ações de Enfermagem na prevenção de Doenças Crônicas não Transmissíveis e Transmissíveis, Ações de Enfermagem na Promoção da Saúde, Ações de Enfermagem no processo de Educação Permanente em Saúde, Educação Continuada, Consulta de Enfermagem e Teorias de Enfermagem. Atenção Psicossocial e Políticas Públicas de Saúde Mental, Redução de Danos, Intervenção em situações de suicídio, Violência e Saúde.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cobertura da atenção básica**. 2017 [acesso em 2019 dez 18]. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/>.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de**

Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – 3. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2010

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Hipertensão arterial sistêmica para o Sistema Único de Saúde. (**Cadernos de Atenção Básica**; 16). Brasília, 2006.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. HIV/Aids, hepatites e outras DST. (**Cadernos de Atenção Básica**, n. 18). Brasília, 2006.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose (**Cadernos de Atenção Básica**, n. 21). Brasília, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação**. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?** 1. ed. rev. Brasília, 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Diretrizes para vigilância, atenção e eliminação da Hanseníase como problema de saúde pública : manual técnico-operacional** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2016.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas **PLANO NACIONAL DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO** 3.ª EDIÇÃO SÉRIE B. TEXTOS BÁSICOS DE SAÚDE. http://www.crsp.org.br/interjustica/pdfs/outros/Revisao_PNSSP.pdf

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação de Saúde no Sistema Prisional. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional/** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Coordenação de Saúde no Sistema Prisional – 1. Ed – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Ministério da Saúde. Portaria interministerial nº1, de 2 de janeiro de 2014. Brasília: MS; 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação de Saúde no Sistema Prisional. **Legislação em Saúde no Sistema Prisional/**Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Coordenação de Saúde no Sistema Prisional Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Ministério da Saúde. **Legislação da saúde no sistema penitenciário**. Brasília: MS; 2010.

_____. **Lei 7.498**, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem.

_____. **Decreto 94.406**, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre o exercício da Enfermagem e dá outras providências.

ALLGAYER, Manuela Filter et al. **Tuberculose: atenção e vigilância à saúde nas prisões**. Revista Brasileira de Enfermagem [online]. 2019, v. 72, n.5 [Acessado 10 Outubro 2022], pp. 1304-1310. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0260>>. Epub 16 Set 2019. ISSN 1984-0446. <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0260>

ALVES, Kelle Karolina Ariane Ferreira et al. **Fatores associados à cura e ao abandono do tratamento da tuberculose na população privada de liberdade**. Revista Brasileira de Epidemiologia [online]. v. 23. e200079.

BARBOSA, Mayara Lima et al. **Nursing actions for liberty deprived people: a scoping review**. Escola Anna Nery [online]. 2019, v. 23, n. 3 [Acessado 10 Outubro 2022] , e20190098. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0098>>. Epub 29 Jul 2019. ISSN 2177-9465. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0098>.

Barcella, Ely, Krug, Possuelo. **Planificação da Atenção Primária à Saúde nas prisões: projeto piloto**. Saud Pesq. 2022;15(2):e-10366. <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/10366/7055>

BARBOSA ML, Costa GMC. **Assistência de enfermagem ao sujeito privado de liberdade no sistema prisional**. In: Associação Brasileira de Enfermagem; Bresciani HR, Martini JG, Mai LD, organizadores. PROENF Programa de Atualização em Enfermagem: Saúde do Adulto: Ciclo 12. Porto Alegre: Artmed Panamericana; 2017. p. 123–58. (Sistema de Educação Continuada a Distância, v. 3).<https://portal.secad.artmed.com.br/artigo/assistencia-de-enfermagem-ao-sujeito-privado-de-liberdade-no-sistema-prisional#:~:text=Barbosa%20ML%2C%20Costa,Dist%C3%A2ncia%2C%20v.%203>)

CORDEIRO, Eliana Lessa et al. **Perfil epidemiológico dos detentos: patologias notificáveis**. *av.enferm.* [conectados]. 2018, vol.36, n.2, pp.170-178. ISSN 0121-4500. <https://doi.org/10.15446/av.enferm.v36n2.68705>

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN Nº 0564/2017. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. [Internet]. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no5642017_59145.html

GEORGE, Julia B. **Teorias de enfermagem: os fundamentos para a prática profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

KURCGANT, Paulina. **Gerenciamento em Enfermagem**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

LIMA, Sheila Silva. **O cuidado aos usuários de drogas em situação de privação de liberdade**. Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]. 2019, v. 29, n. 03, e290305.

LÔBO MP, Penna LHG, Carinhonha JI, Vilela ABA, Yarid SD, Santos CS **Prevenção de IST/AIDS em mulheres encarceradas**. Rev enferm UERJ, Rio de Janeiro, 2019; 27:e40203.

MARINHO, Tavares Walter; CARNEIRO, Luiz Alberto. **Rotinas de Diagnóstico e Tratamento Das Doenças Infeciosas e Parasitárias**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2015.

MESQUITA, Deisiane da Silva, Ribeiro, Lilian Fontoura Coelho, Silva, Isabelle Sabrina Teixeira, Castro, Nádile Juliane Costa de , Araújo, Maria Rute de Souza. **Agravos e assistência à saúde em um sistema prisional**. Revista Eletrônica Acervo Saúde /EJCH | Vol. 11 (7) | e606

NETTINA, Sandra M. **Prática de Enfermagem**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

POLIT, Denise F.; BECK, Cheryl Tatano Hungler; BERNADETTE, P. **Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem: Avaliação de Evidências para a Prática da Enfermagem**. 9. ed. Rio de Janeiro: Artmed, 2018.

RESOLUÇÃO COFEN nº 564/2017. **Código de ética Profissional**.

SANTOS RS, Albuquerque MCS de, Brêda MZ et al. **A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO COM A PESSOA EM SITUAÇÃO DE SUICÍDIO: ANÁLISE REFLEXIVA**. Rev enferm UFPE on line., Recife, 11(2):742-8, fev., 2017.

SILVA, A. A. de S., Sousa, K. A. A. de, & Araújo, T. M. E. de. (2017). **Sistematização da assistência de enfermagem em uma unidade prisional fundamentada na Teoria de Orem**. *Revista De Enfermagem Da UFSM*, 7(4), 725–735. <https://doi.org/10.5902/2179769222076>

SILVA, Marcelo Tardelli; SILVA, Sandra Regina. **Cálculo e Administração de Medicamentos na Enfermagem**. São Paulo: Martinari, 2018.

SOUZA, Marina Celly Martins Ribeiro de; HORTA, Natália de Cássia (Org.). **Enfermagem Em Saúde Coletiva: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

SOARES AAM, Castro GMO, Almeida IEM, Monteiro LAS, Torres LM. **Vivências da equipe de enfermagem no cotidiano do sistema penal**. Rev baiana enferm. 2020;34:e34815.

SOARES FILHO, Marden Marques; BUENO, Paula Michele Martins Gomes. **Direito à saúde mental no sistema prisional: reflexões sobre o processo de desinstitucionalização dos HCTP**. *Ciênc. saúde coletiva*; 21(7): 2101-2110, Jul. 2016.

FARMACÊUTICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Noções sobre atividades administrativas e gerenciais na assistência farmacêutica; Centro de Abastecimento Farmacêutico: Técnicas de armazenamento, logística, sistema de distribuição/dispensação coletiva, e individual, mista e dose unitária, consumo médio mensal, ponto de requisição, estoque mínimo e estoque máximo, uso racional de medicamentos, aquisição e seleção de produtos farmacêuticos, produtos e artigos médicos hospitalares, insumos; Classificação e codificação de materiais; Farmacocinética e Farmacodinâmica: Conceitos, interrelações e aplicabilidade à terapêutica, vias de administração de fármacos; Interação fármaco x receptor: Curva concentração x efeito, afinidade, eficácia, agonistas e antagonistas farmacológicos, segundos mensageiros e transdução do sinal; Farmacologia da dor e da inflamação; Fármacos antineoplásicos, antimicrobianos e antiparasitários, imunobiológicos e imunomoduladores e fitoterápicos; Reações adversas a fármacos e interações entre medicamentos e entre medicamentos e alimentos; Estabilidade de medicamentos; biofarmacotécnica; cálculos farmacotécnicos; aspectos físico-químicos e obtenção de formas farmacêuticas sólidas, líquidas e semi-sólidas; Preparações estéreis; Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HÓRUS); Boas práticas de fabricação e de manipulação de medicamentos; Garantia da qualidade e manuais de políticas e procedimentos operacionais padrão; Farmacovigilância e Farmacoeconomia; Medicamentos genéricos; Política Nacional de Medicamentos; Política Nacional de Assistência Farmacêutica; Medicamento de controle especial; Biossegurança e Controle de Infecção Hospitalar; Epidemiologia dos erros na medicação e estratégia de prevenção; Psicofármacos; Código de ética profissional e responsabilidade técnica

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

OSORIO-DE-CASTRO, C.G.S. LUIZA, VL, CASTILHO, S. R.; OLIVEIRA, M.A.; JARAMILLO, N.M. (org.). **Assistência farmacêutica: gestão e prática para profissionais de saúde**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2016.

LEITE, S.N.; SOARES, L.; MENDES, S.J.; VILVERT, A. F.; SCHENEIDER, L.M.C. **Assistência Farmacêutica no Brasil: Política Gestão e Clínica**. Vol II – Gestão da Assistência Farmacêutica. Editora da UFSC: Florianópolis. 2016.

DIEHL, E.E.; SANTOS, R.I.; SCHAEFER, S.C. **Assistência Farmacêutica no Brasil: Política Gestão e Clínica**. Vol IV – Logística de Medicamentos. Editora da UFSC: Florianópolis. 2016.

BRUNTON, LAURENCE L.; HILAL-DANDAN, RANDA; KNOLLMANN, BJORN C.. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica de Goodman e Gilman**. 13. ed. – Porto Alegre: AMGH, 2019.

RIBEIRO, E. **Sistemas de distribuição de medicamentos para pacientes internados**. In: STORPIRTIS, S.; MORI, A. L. P. M.; YOCHIY, A.; RIBEIRO, E.; PORTA, V. *Farmácia clínica e atenção farmacêutica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p.161-170, 2008.

BRASIL. Diretriz Nacional para Elaboração de Programa de Gerenciamento do Uso de Antimicrobianos em Serviços de Saúde - 2017. ANVISA – Brasil

_____. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 449, de 24 de outubro de 2006. **Dispõe sobre as atribuições do Farmacêutico na Comissão de Farmácia e Terapêutica.**

_____. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 578, de 26 de julho de 2013. **Regulamenta as atribuições técnico-gerenciais do farmacêutico na gestão da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).**

_____. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº 596, de 21 de fevereiro de 2014.

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 338/2004. **Política Nacional de Assistência Farmacêutica.**

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Assistência Farmacêutica no SUS.** CONASS, 2007.

_____. Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014.

_____. Lei nº 13.732, de 9 de novembro de 2018.

_____. Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973.

_____. Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

_____. Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

_____. Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.916/GM, de 30 de outubro de 1998; **Política Nacional de Medicamentos.**

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998, suas complementações e atualizações.

MÉDICO CLÍNICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Abordagem geral do paciente: anamnese, exame físico, investigação e testes diagnósticos. Anemia, distúrbios dos leucócitos, das plaquetas e da coagulação. Câncer: etiologia, diagnóstico, estadiamento, tratamento e síndromes paraneoplásicas. Colagenoses, vasculites, gota, osteoartrite, espondiloartropatias soronegativas. Comas, cefaléia, doenças cerebrovasculares, polineuropatias e síndromes medulares. Diabetes mellitus, cetoacidose diabética. Distúrbios funcionais: hipotálamo-hipofisário, tireoide, adrenal, paratireóide e gônadas. Dislipidemias. Distúrbios hidroeletrólíticos e ácido básico. Doenças do esôfago, doença péptica, pancreatite, hepatites, cirrose hepática, diarreia, desnutrição, alcoolismo, hemorragia digestiva, doença inflamatória intestinal. Doenças por bactérias, vírus, protozoários, tuberculose, esquistossomose, septicemia, SIDA e DST. Infecção urinária, insuficiência renal, síndromes nefrítica e nefrótica, doenças da bexiga e da próstata. Infecções pulmonares, asma, DPOC, doença intersticial pulmonar, embolia pulmonar, hipertensão pulmonar e doenças da pleura. Insuficiência cardíaca, hipertensão arterial, doença coronariana, febre reumática, endocardite infecciosa, miocardites, cardiopatias, trombose venosa profunda, infarto agudo do miocárdio, parada cardíaca, ressuscitação cardiopulmonar, insuficiência respiratória aguda. Doenças do pericárdio. Choque cardiogênico, séptico e hipovolêmico. Manifestações cutâneas das doenças sistêmicas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 412 p.: il. ISBN 978-85-334-2640-5

_____. Ministério da Saúde. **Doenças Infecciosas e Parasitárias**, Guia de Bolso, 8ª edição revista. Brasília, DF 2010.

Current Medical Diagnosis and Treatment; American College of Emergency Physicians. **Emergências Médicas.** 4ª ed. 2008

GOLD Report 2019. Acesso em 17 nov 2019. Endereço: <https://goldcopd.org/wp-content/uploads/2019/11/GOLD-2020-REPORT-ver1.1wms.pdf>

GOLDMAN, Lee; SCHAFFER, Andrew I. **Goldman-Cecil Medicina.** 24. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

KASPER, Dennis L. et al. **Medicina interna de Harrison.** 19. ed. Porto Alegre: AMGH, 2017. RAKEL - Conn's Current Therapy. 2008.

MÉDICO PSIQUIATRA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Diagnóstico em Psiquiatria. Psicopatologia. Transtornos mentais orgânicos, incluindo sintomáticos. Transtornos mentais e do comportamento decorrentes do uso de substância psicoativa. Política Nacional de Drogas. Esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e delirantes. Transtornos do humor. Transtornos neuróticos, relacionados ao estresse e somatoformes. Síndromes comportamentais associadas a perturbações fisiológicas e fatores físicos. Transtornos de personalidade e de comportamento em adultos. Transtornos emocionais e de comportamento com início usualmente ocorrendo na infância e adolescência. Psicogeriatrics. Psicofarmacologia e psicofarmacoterapia. Tratamentos biológicos em psiquiatria. Psicoterapias. Reabilitação psicossocial. Emergências psiquiátricas. Psiquiatria de ligação e interconsulta. Saúde mental da mulher.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. Manual de Diagnóstico e Estatístico de Distúrbios Mentais – DSM-5. 5ª Edição. São Paulo: Artmed, 2014.
- CORDIOLI, AV *et al.* **Psicofármacos Consulta Rápida**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- DALGALARONDO, P. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2019.
- HUMES, EC *et al.* **Clínica psiquiátrica: guia prático**. São Paulo: Manole, 2019.
- KAPLAN, BJ; SADOCK, VA. **Compêndio de Psiquiatria**. 11. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2017.
- Lista Nacional de Notificação Compulsória. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0004_03_10_2017.html
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10. Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas. Tradução de Dorgival Caetano. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1993.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da saúde em atenção primária. Genebra, 2000. Disponível em https://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_phc_port.pdf
- STHAL, SM. **Fundamentos de Psicofarmacologia**. Guia de Prescrição. 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2019.

NUTRICIONISTA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Nutrição e Saúde Pública: Principais problemas alimentares e nutricionais da população e seus condicionantes. Promoção da Alimentação Adequada, Saudável e Sustentável. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Programas de Alimentação e Nutrição no âmbito do Sistema Único de Saúde e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Educação Alimentar e Nutricional. **Vigilância alimentar e nutricional:** Sistemas de informação. Base de dados. Diagnóstico alimentar e nutricional. Avaliação antropométrica. Epidemiologia nutricional. **Nutrição básica:** Recomendações nutricionais nos diferentes ciclos de vida. **Nutrição na gestação e lactação:** Avaliação nutricional e nutrição da gestante e da nutriz. Situações de risco na gravidez. Aleitamento materno. **Dietoterapia:** Abordagem nutricional do paciente hospitalizado. Dietoterapia nas doenças transmissíveis e não transmissíveis. Interações drogas/nutrientes e nutriente/nutriente. **Gestão de Unidades de Alimentação e Nutrição:** Planejamento físico-funcional de Unidades de Alimentação e Nutrição. Administração aplicada a Unidades de Alimentação e Nutrição. Planejamento e avaliação de cardápios. Gestão de recursos materiais e de estoque. Gestão de recursos humanos. Gestão de recursos financeiros. Contratação de serviços terceirizados de alimentação e nutrição. **Técnica dietética:** Técnicas culinárias. Etapas do preparo dos alimentos. Indicadores culinários. Ficha técnica de preparação. **Controle higiênico-sanitário dos alimentos e legislação sanitária:** Procedimentos de boas práticas na manipulação de alimentos. Fatores intrínsecos e extrínsecos que controlam o desenvolvimento microbiano dos alimentos. Microrganismos patogênicos de importância em alimentos. **Exercício profissional:** Atuação do nutricionista e suas atribuições. Código de Ética e de Conduta do Nutricionista.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

- ACCIOLY, E. *et al.* **Nutrição em Obstetrícia e Pediatria**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2009. 649p.
- AGUIAR, O.B; KRAEMER, F.B; MENEZES, M.F.G. **Gestão de pessoas em Unidades de Alimentação e Nutrição**. Editora: Rubio. 1ª ed. 2013. 96p.
- AKUTSU RCCA *et al.* **A ficha técnica de preparação como instrumento de qualidade na produção de refeições**. Revista de Nutrição. 2005; 18(2):277-279.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução-RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. **Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação**.
_____. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. **Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências**. Diário Oficial da União 2010; 26 ago.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil** / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2020.
- _____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil** / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro : IBGE, 2020.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia rápido para o acompanhamento de gestantes e crianças com desnutrição na Atenção Primária à Saúde**. Secretaria

de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. Brasília : Ministério da Saúde, 2022.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar**. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica**. Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Estratégia Nacional para Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no Sistema Único de Saúde: manual de implementação**. Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. HIV/Aids, hepatites e outras DST. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2006 (Cadernos de Atenção Básica, n. 18).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 160 p. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013 (Cadernos de Atenção Básica, nº 32).

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 128 p. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37)

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 212 p. (Cadernos de Atenção Básica, n. 38)

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 162 p. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35)

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. Manual de gestação de alto risco. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. Brasília : Ministério da Saúde, 2022.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Vigitel Brasil 2021: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2021 /** Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

_____. Ministério da Saúde. **Situação alimentar e nutricional no Brasil: excesso de peso e obesidade da população adulta na atenção primária à saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. 68 p

COLARES, LGT et al. **Contratação de serviços terceirizados de alimentação e nutrição: orientações técnicas**. Rio de Janeiro: Rubio, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Código de Ética e de Conduta do Nutricionista**. Brasília: CFN, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. RESOLUÇÃO CFN Nº 600, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2018. **Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências**. Brasília: CFN, 2018.

CUPPARI, L. **Nutrição Clínica no Adulto**. Guias de Medicina Ambulatorial e Hospitalar - Nutrição - Nutrição Clínica no Adulto - 3ª Ed. 569p.

FRANCO, B.D.G.M.; LANDGRAF, M. **Microbiologia dos Alimentos**. São Paulo; Atheneu; 1996.

KAC, G., SICHIERI, R., GIGANTE, D.P (orgs). **Epidemiologia nutricional** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/Atheneu, 2007. 580 p. ISBN 978-85-7541-320-3.

MAHAN, L.K., ESCOTT-STUMP, S. **Krause Alimentos, Nutrição e Dietoterapia**. 14 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ORNELLAS, L.H. (atualizado por Shizuko Kajishimina e Marta Regina Verruma- Bernardi. Técnica dietética – **Seleção e preparo de alimentos**. São Paulo; Atheneu; 2008.

PROENÇA, RPC *et al.* **Qualidade nutricional e sensorial na produção de refeições**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

Ribeiro H; Jaime P.C; Ventura D. **Alimentação e sustentabilidade. Estudos Avançados**. 2017; 31(89):185-198.

Sant'Ana HMP. **Planejamento Físico-Funcional de Unidades de Alimentação e Nutrição**. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2012.

SILVA, S.M.C.S; MARTINEZ, S. **Cardápio guia prático para a elaboração**. São Paulo: Editora Roca, 2008.

TEIXEIRA, S.M.F.C. *et al.* **Administração Aplicada às Unidades de Alimentação e Nutrição**. São Paulo: Editora Atheneu, 2010.

VAZ, C.S. **Restaurantes: controlando custos e aumentando lucros**. Brasília: Editora LGE, 2006.

PSICÓLOGO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Psicologia e instituições; Práticas de psicologia no sistema penitenciário; Cárcere e subjetividades; Desafios contemporâneos para as políticas de segurança pública; Saúde mental e sistema penitenciário. Ética profissional e elaboração de documentos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde das Mulheres Privadas de Liberdade**. Ministério da Saúde. Diretoria do Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Brasília: DF, 2014.

https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/7427/1/Saude_Mulher.pdf

_____. Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Ministério da Justiça. **Política Nacional de Atenção as mulheres em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional**. Portaria Interministerial nº 210 de 16/01/2014 / SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (D.O.U. 17/01/2014).

<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/226123-politica-nacional-de-atencao-as-mulheres-em-situacao-de-privacao-de-liberdade-e-egressas-do-sistema-prisional>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP 06/2019. **Orientações sobre a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional**. Conselho Federal de Psicologia: Brasília, 2019.

<https://atosoficiais.com.br/lei/elaboracao-de-documentos-escritos-produzidos-pelo-psicologo-decorrentes-de-avaliacao-psicologica-cfp?origin=instituicao>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Conselho Federal de Psicologia: Brasília, 2005. <https://site.cfp.org.br/legislacao/codigo-de-etica/>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para atuação de psicólogos (os) no sistema prisional**. Conselho Federal de Psicologia: Brasília, 2012. <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-psicologas-os-no-sistema-prisional/>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para atuação de psicólogos (os) na atuação nas políticas de segurança pública**, Conselho Federal de Psicologia: Brasília, 2020. <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-na-politica-de-seguranca-publica/>

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2003.

FOUCAULT, M. Sobre a prisão. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1998.

LOURAU, R. **A análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

OLIVEIRA, P. F. C. M.; BOITEUX, L. **Quando a Luta Antimanicomial mira o Manicômio Judiciário e produz desencarceramento: uma análise dos arranjos institucionais provocados pela defensoria pública no campo da Política Pública Penitenciária e de Saúde Mental**. Revista Brasileira de Políticas Públicas (RBPP), v. 8, p. 574-604, 2018.

PASSOS, E. H. & SOUZA, T. P. **Redução de Danos e Saúde Pública: construções alternativas à política global "Guerra às drogas"**. Psicologia e Sociedade. v.23, n. 1, p. 154- 162, 2011.

PETUCO, D. **O pomo da discórdia? Drogas, saúde e poder**. 1 ed. Curitiba: Editora CRV, 2019.

RODRIGUES, H. B. C., & BARROS, R.D.B. **Socioanálise e práticas grupais no Brasil: um casamento de heterogêneos**. Psicologia clínica. v.15, n.1, p. 61-74, 2003.